



INVESTIGAÇÃO

Queda de braço em caso Lulinha

PGR pede que inquéritos contra filho do presidente sejam enviados à primeira instância, porque não há envolvidos com foro privilegiado, e afirma não ver crime em uma das apurações. Relator no STF de duas das investigações, Mendonça deve negar a solicitação

» RENATO SOUZA
» DANANDRA ROCHA
» ARMANDO HOLANDA

Os inquéritos envolvendo Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha, filho mais velho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, colocaram em uma queda de braço a Procuradoria-Geral da República (PGR) e o Supremo Tribunal Federal (STF) e impulsionaram parlamentares da oposição a usar o caso para desgastar a imagem do governo às portas das eleições presidenciais.

A PGR pediu, ontem, ao ministro André Mendonça, do STF, que inquéritos envolvendo Lulinha sejam encaminhados à primeira instância da Justiça. No entanto, a tendência, de acordo com fontes ouvidas pelo **Correio** na Corte, é de que o magistrado negue a solicitação. Antes de decidir, porém, ele deve avaliar as informações levantadas até o momento pela Polícia Federal.

Lulinha é suspeito de tráfico de influência em órgãos do governo federal. Segundo a manifestação da PGR, não há entre os investigados ninguém com foro por prerrogativa de função que justifique a permanência das apurações no STF. A manifestação, do procurador-geral da República, Paulo Gonet, está sob sigilo.

O STF possui competência originária para julgar autoridades que têm foro por prerrogativa de função, entre elas presidente da República, deputados e senadores, ministros de Estado, ministros do próprio Supremo e procurador-geral da República.

Atualmente, há três inquéritos envolvendo Lulinha no Supremo. Dois estão sob relatoria de Mendonça, enquanto o terceiro é conduzido pelo ministro Flávio Dino. A abertura de um dos procedimentos sob responsabilidade de Mendonça foi autorizada após pedido da Polícia Federal. A defesa de Lulinha foi procurada para avaliar o pedido apresentado pela PGR, mas preferiu não se manifestar sobre o assunto.

As apurações que chegaram ao STF também passaram a envolver suspeitas relacionadas a uma possível relação de Lulinha com empresários investigados por suspeita irregularidades no governo federal.

O primeiro caso é sobre eventuais influências no Ministério da Saúde. Sobre esse, a PGR aponta, no parecer enviado ao Supremo, que a atuação da lobista Roberta Luchsinger e de Lulinha, para supostamente favorecer os interesses de Antônio Carlos Camilo Antunes, o “Careca do INSS”, não resultaram no fechamento de contratos com o poder público. Com isso, não haveria materialidade para constatar prática criminosa.

O segundo inquérito apura suposta atuação irregular e tráfico de influência voltados a facilitar contratos com a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência

Nelson Almeida/AFP



O empresário Fábio Luís Lula da Silva, filho mais velho do presidente, é investigado por suspeita de tráfico de influência e corrupção

» Desconfiança

Pessoas próximas ao ministro André Mendonça desconfiaram do tratamento diferenciado e suspeitam que o verdadeiro interesse por trás do pedido da PGR seja retirar o caso das mãos do magistrado. Hoje, existe um clima conflagrado entre Mendonça e parte da Polícia Federal, que faz as investigações. Se Mendonça resolver manter as apurações no STF, eventual recurso à decisão será julgado na Segunda Turma. Além dele, compõem o colegiado Gilmar Mendes, Dias Toffoli, Luiz Fux e Nunes Marques. Em votações criminais, o relator tem contado com o apoio de Fux e Nunes Marques, mas ainda não houve julgamento de temas relativos a Lulinha na turma.

(Dataprev). O terceiro inquérito foi distribuído por sorteio a Flávio Dino e mira contratos da empresa tecnologia 3Structure It, que possui repasses milionários com a administração pública federal.

Após o pedido da PGR, o senador Carlos Viana (PSD-MG) anunciou que vai protocolar

Redes Sociais/Reprodução



Um dos casos envolve Marco Aurélio Ribeiro, ex-chefe de gabinete de Lula

um requerimento de criação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) na Casa para investigar Lulinha.

Em publicação nas redes sociais, Viana afirmou que iniciou a articulação para obter as 27 assinaturas necessárias à instalação de uma CPI e pediu que eleitores

pressionem os senadores de seus estados a apoiarem a iniciativa.

Na postagem, o parlamentar disse que pretende esclarecer a atuação de Lulinha em episódios que estão sob investigação da Polícia Federal. “Quero saber quem abriu portas dentro do governo, quais interesses foram

intermediados e qual foi, de fato, o papel de Lulinha nos episódios investigados”, escreveu.

Viana também afirmou que a iniciativa será uma continuidade de sua atuação à frente da CPMI do INSS, da qual foi presidente. “Na CPMI do INSS, eu enfrentei gente poderosa. Não vai ser diferente agora”, declarou.

Na publicação, Viana afirmou que a eventual CPI deverá buscar respostas sobre a relação de Lulinha com agentes públicos e interesses privados. “O Brasil exige investigação. Filho do presidente da República não está acima da lei”, enfatizou.

O relatório final da CPMI do INSS, apresentado no fim de março, pedia o indiciamento de Lulinha por tráfico de influência, lavagem de dinheiro, organização criminosa e participação em corrupção passiva. O parecer, do deputado Alfredo Gaspar (PL-AL), foi rejeitado pela comissão.

Campanha

Integrantes da campanha de Lula à reeleição sugeriram que o presidente continue a falar abertamente sobre sua posição em relação às investigações contra o filho.

O advogado de Lulinha, Marco Aurélio Carvalho, reuniu-se na quarta-feira com o chefe do Executivo, Palácio da Alvorada, para tratar do caso.

Saiba mais

Inquéritos contra o empresário

Existem três inquéritos tramitando no Supremo Tribunal Federal (STF) para investigar Fábio Luís Lula da Silva, filho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Dois estão no gabinete do ministro André Mendonça. O terceiro, sob a relatoria de Flávio Dino.

O primeiro inquérito contra Lulinha, por tráfico de influência, investiga se ele favoreceu a empresa do Careca do INSS, que atua com medicamentos derivados de cannabis, junto ao Ministério da Saúde. O segundo foi autorizado para investigar suposta atuação irregular e tráfico de influência voltados a facilitar contratos com a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência (Dataprev).

O terceiro mira contratos da empresa tecnologia 3Structure It, que possui repasses milionários com a administração pública federal. Atinge, também, o ex-chefe de gabinete de Lula Marco Aurélio Santana Ribeiro, o Marcola. Segundo a PF, ele tinha ligação com Lulinha e a lobista Roberta Luchsinger, investigada no escândalo do INSS.

O conselho é para que o petista reforce que não tolerará qualquer tipo de irregularidade do empresário aproveitando-se da ligação familiar. Sempre que questionado sobre o episódio, o chefe do Executivo sustenta que o filho, se for culpado, tem de pagar.

“Se o meu filho for acusado de qualquer coisa, ele será tratado como filho de qualquer pessoa, como eu. Não haverá nenhum privilégio. Eu jamais pedirei a um delegado ou juiz para não fazer as coisas corretas. Se ele estiver certo, terá a minha ajuda. Se fizer coisa errada, ele sabe o que eu passei”, afirmou, no mês passado, ao podcast Inteligência Ltda.

Há, também, uma avaliação de auxiliares de Lula de que, embora os casos envolvam o filho, não têm ligação direta com o presidente. Um interlocutor reforçou que o imbróglgio envolvendo o principal oponente do chefe do Executivo, o senador e candidato ao Planalto, Flávio Bolsonaro (PL-RJ), é “completamente o contrário”.

A fonte se refere ao caso do Banco Master no qual o primogênito de Jair Bolsonaro fechou um contrato milionário para a suposta produção do filme sobre a biografia do ex-presidente, condenado a 27 anos de prisão por tentativa de golpe de Estado e outros crimes.

“Eles sabem o que eu sou. Eu sou o Fabio”, disse ela.

A defesa de Lulinha aponta “vazamentos seletivos e criminosos”, por parte da PF, com objetivos eleitorais. “Nós queremos que o devido processo legal seja respeitado”, insistiu Marco Aurélio de Carvalho. “Ninguém está acima da lei, mas também não pode ser tratado como se estivesse abaixo da lei”, acrescentou.

Lula quer que filho se apresente à Justiça, diz advogado

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que seu filho mais velho, Fábio Luís Lula da Silva — conhecido como Lulinha — deve se apresentar à Justiça para prestar esclarecimentos. A orientação do chefe do Executivo foi dada na noite de quarta-feira, durante reunião com o advogado Marco Aurélio de Carvalho, que defende o empresário, e com o candidato do PT ao governo de São Paulo, Fernando Haddad.

Marco Aurélio disse que o encontro, no Palácio da Alvorada, foi para tratar de agendas de Lula em São Paulo, e não dos três inquéritos contra o empresário por tráfico de influência. “Mas a orientação do presidente é para colocar o filho dele à disposição da Justiça”, afirmou.

Coordenador da campanha de Lula em São Paulo e também do grupo Prerrogativas, Marco Aurélio observou que o presidente não

quer ver o filho tratado como se estivesse acima da lei.

De acordo com o advogado, Lula afirmou, durante a reunião, que também não quer uma Polícia Federal para chamar de sua, que proteja aliados ou persiga adversários. “Não ganhei as eleições para aparelhar nenhuma instituição”, disse o presidente, conforme o relato.

Os desdobramentos dos inquéritos envolvendo Lulinha

preocupam cada vez mais o comando da campanha de Lula à reeleição. Nos bastidores, há um clima de apreensão porque a equipe petista não sabe o que está por vir.

Lulinha é alvo de inquéritos por tráfico de influência para supostamente obter vantagens no governo federal, ao lado da amiga Roberta Luchsinger. Dona de uma consultoria, a empresária trabalhava como lobista para Antônio Carlos Camilo

Antunes, o “Careca do INSS”, preso pela PF sob a acusação de desviar recursos de aposentadorias.

A Polícia Federal afirmou em relatório que, nos seus diálogos, Roberta demonstrava ter “autorização” para agir em nome de Lulinha. Em uma das conversas mantidas com um interlocutor que participava da prospecção de negócios no governo, Roberta afirmou ser representante do filho do presidente.